

BOLETIM 238

Brasília, 28 de outubro 2016

SINTRACOM-SE conclui processo eleitoral e elege chapa 1 com ampla margem de votos

No último dia 20 de outubro, trabalhadores e trabalhadoras da construção civil do estado de Sergipe foram às urnas eleger a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção no Estado de Sergipe – SINTRACON-SE. Disputado por duas chapas, o pleito eleitoral foi vencido pela Chapa 1 - *Continuidade e Renovação na Luta dos Trabalhadores*, apoiada pela CTB e pela CONTRICOM, que foi eleita com ampla margem de votos pelos trabalhadores.

Dos 1.834 trabalhadores aptos a votar, 830 elegeram a nova direção do Sindicato para o quadriênio 2016-2020, que será formada pelos seguintes companheiros: Raimundo Luiz Reis – presidente; Everaldo Francisco dos Santos – vice-presidente; José Augusto de Góes – 1º secretário; Ilza dos Santos – 2ª secretária; José Domingos Dias dos Santos – 1º tesoureiro; Natalício da Luz – 2º tesoureiro; Conselho Fiscal Titular: Simão Tadeu dos Santos; Gilvaneide dos Santos; Erisvaldo Pereira Dias; Conselho Fiscal Suplente: Valdemar Francisco dos Santos, José Hamilton Santos de Jesus e Francisco Evangelista Ferreira.

Desde a sua filiação à FETRACOM-BASE, em 2015, esse é o primeiro processo eleitoral com



Miraldo Vieira, secretário Geral da CONTRICOM; Edval, presidente da CTB-SE; Raimundo Brito, do Conselho Fiscal da CONTRICOM; Arivonaldo Galdino, diretor do SindMarceneiros-SP e da FETICOM-SP; e Ramundo Luis, presidente do SINTRACON-SE, reconduzido para mais um mandato, durante o processo eleitoral

a participação da Federação, que teve o seu presidente, Edson Cruz dos Santos, como secretário da Junta Eleitoral.

O presidente da FETRACOM-BASE, Edson Cruz dos Santos, avaliou de forma positiva o processo eleitoral do SINTRACON-SE. “Foi uma vitória bastante expressiva. Foram 830 votos para a chapa 1 frente aos 152 para a chapa concorrente. Isso prova que o trabalhador aposta na continuidade de um projeto que já vem dando certo. Essa eleição também representa avanços na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do estado. Vamos avançar na conquista da unificação de salários entre os dois estados”, avaliou.

A cerimônia de posse da nova diretoria ocorrerá no dia 14 de novembro de 2016.

Fonte: FETRACOMBASE



PEC 241 já está no Senado. Agora é PEC 55/16

Aprovada na terça-feira (25), em segundo turno, no plenário da Câmara dos Deputados. A PEC 241/16, que limita os gastos do governo por 20 anos, já está no Senado Federal. Na Casa, é a PEC 55/16 e vai iniciar a discussão na Comissão de Constituição e Justiça, onde o relator será o senador Eunício Oliveira (CE), líder do PMDB (foto)

A PEC 55/16, do Executivo, congela as despesas do governo federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. A ideia é fixar um limite para as despesas, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos. Nesse período, o gasto realizado será o do ano anterior corrigido pela inflação (na prática, em termos reais — na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento — fica praticamente congelado).

Se entrar em vigor em 2017, portanto, o Orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A medida irá valer para os três Poderes —

Executivo, Legislativo e Judiciário. Pela proposta atual, os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018.

Tramitação - A CCJ do Senado, diferente da CCJ na Câmara, emite parecer técnico e de mérito. No colegiado, o acordo é votá-la até o dia 9 de novembro. Em seguida, a proposta vai a votos no plenário em dois turnos.

O exame em primeiro turno deverá ser no dia **29 de novembro** e o segundo turno, no dia **13 de dezembro**.

Fonte: Diap

Desemprego vai a 11,8% e país tem 12 milhões de desocupados

A taxa de desocupação cresceu 0,5 ponto percentual ao passar de 11,3% para 11,8%, entre o trimestre encerrado em junho (abril, maio e junho) e o encerrado em setembro (julho, agosto e setembro) deste ano. Com o resultado, a população desempregada atingiu em setembro 12 milhões de pessoas, um crescimento de 3,8% em relação ao trimestre encerrado em junho — o equivalente a mais 437 mil pessoas desocupadas.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta quinta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números do trimestre encerrado em setembro indicam, em contrapartida, uma ligeira melhora no salário real pago ao trabalhador, embora ele ainda esteja abaixo do valor pago em igual trimestre de 2015.



Rendimentos subiram 0,9% - Pela pesquisa, o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos fechou setembro em R\$ 2.015,00, uma alta de 0,9% frente aos R\$ 1.997,00 pagos no trimestre de abril a junho de 2016.

Comparativamente ao mesmo trimestre do ano passado, quando o salário médio real habitualmente recebido era R\$ 2.059, houve queda de 2,1%.

Já a massa de rendimento real habitualmente recebida pelas pessoas ocupadas em todos os trabalhos não apresentou variação significativa em relação ao trimestre de abril a junho de 2016, ao fechar setembro em R\$ R\$ 176,8 bilhões. Já frente ao mesmo trimestre do ano anterior, houve queda de 3,8%.

População ocupada é de 89,8 milhões - Os dados da pesquisa Pnad Contínua, divulgados hoje pelo IBGE, indicam que a população ocupada fechou setembro deste ano em 89,8 milhões de pessoas, uma redução de 1,1%, quando comparada com o trimestre de abril a junho, menos 963 mil pessoas.

Quando comparada a igual trimestre de 2015, houve queda de 2,4% na população ocupada, uma retração de 2,3 milhões de pessoas no contingente de pessoas ocupadas no país em um ano.

Segundo o IBGE, é a primeira vez desde o segundo trimestre de 2013 que a população ocupada fica abaixo dos 90 milhões de trabalhadores.

Do ponto de vista dos trabalhadores com carteira assinada (34,1 milhões de pessoas em setembro), houve queda de 0,9% frente ao trimestre de abril a junho deste ano (menos 314 mil pessoas). Quando a comparação se dá com

igual trimestre do ano anterior, a redução no número de pessoas com carteira assinada é de 3,7% - menos 1,3 milhão de pessoas.

Metodologia aplicada pelo IBGE - Os indicadores da Pnad Contínua são calculados para trimestres móveis, utilizando-se as informações dos últimos três meses consecutivos da pesquisa. A taxa do trimestre móvel terminado em setembro de 2016 foi calculada a partir das informações coletadas em julho, agosto e setembro deste ano.

Desta forma, no trimestre de julho a setembro de 2016, havia cerca de 12 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Este contingente cresceu 3,8% (mais 437 mil pessoas) frente ao trimestre de abril a junho de 2016, quando a desocupação foi estimada em 11,6 milhões de pessoas. No confronto com igual trimestre do ano passado (neste caso na base comparativa de 12 meses) esta estimativa subiu 33,9% (mais 3 milhões de pessoas).

Fonte: Agência Brasil

Senador tem projeto para garantir a desaposentação vetada pelo STF

O senador Paulo Paim (PT-RS) é autor do Projeto de Lei do Senado 91/2010 que regulamenta a chamada desaposentação — quando o aposentado volta à ativa para depois se aposentar novamente, com um benefício mais elevado. O Supremo Tribunal Federal acaba de decidir que a desaposentação só é possível havendo previsão legal aprovada pelo Congresso.



Diversas decisões de primeira e segunda instâncias estavam garantindo esse direito aos trabalhadores. Agora, com a deliberação do STF, a advogada-geral da União, Grace Mendonça, disse que estuda pedir na Justiça o ressarcimento dos recursos já pagos. O senador Paulo Paim disse que vai apresentar outro projeto para impedir a devolução, pelos trabalhadores, dos valores já recebidos.

Fonte: Agência Senado

STF decide não esclarecer dúvidas sobre julgamento da desaposentação

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (27) "deixar em aberto" dúvidas que surgiram após a decisão que considerou ilegal a concessão da desaposentação – a possibilidade de o aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a trabalhar e a contribuir para a Previdência Social.

De acordo com a Corte, questionamentos sobre a devolução para a Previdência Social de valores que foram pagos a pessoas que conseguiram se desaposentar por meio de decisões liminares da Justiça ou sobre redução dos valores que são recebidos atualmente serão decididos a partir de ações que cheguem à Corte posteriormente.

A validade do julgamento poderá ser questionada após a publicação do acórdão, o texto final da decisão, previsto para ser publicado em até 60 dias.

Na sessão desta tarde, os ministros definiram a tese do julgamento, a ementa que

será utilizada para balisar as decisões do Judiciário. "No âmbito de Regime Geral de Previdência Social (RGPS) somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por hora, previsão legal do direito à desaposentação", diz o texto.

Na quarta-feira (26), por 7 votos a 4, o Supremo decidiu que a desaposentação é ilegal, por não estar prevista na legislação previdenciária. A legalidade do benefício estava em julgamento na Corte há dois anos e sofreu sucessivos pedidos de vista. Mais de 180 mil processos estavam parados em todo o país aguardando a decisão do Supremo.

Instituto de direito previdenciário - A vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, lembrou que, até o ano de 1994, existia um benefício chamado pecúlio que consistia na devolução, em cota única, das contribuições efetuadas para o INSS pelo cidadão que continuou trabalhando após ter se aposentado por idade e tempo de contribuição.

A lei que extinguiu o pecúlio em 1994 também previa que o aposentado não precisava contribuir com a previdência social. Entretanto, outra lei editada um ano depois, voltou a exigir a contribuição dos trabalhadores aposentados, mas sem nenhum benefício financeiro em contrapartida, pois a contribuição previdenciária é solidária [para o conjunto dos trabalhadores e não individual].

Segundo Adriane, como havia esse benefício anterior, entrou para julgamento a questão da desaposentação, da possibilidade de uma pessoa aposentada que continua a trabalhar recalculer a aposentadoria e receber pensão



maior com base nas novas contribuições à previdência social.

Para ela, os primeiros processos que pedem a desaposentação apareceram há cerca de 16 anos. "Talvez uns 10% [dos aposentados que entraram com processos] já estejam recebendo a tutela antecipada. Os novos processos estavam aguardando a decisão do STF", conta.

"Não se sabe ainda se terão que devolver ou não [o benefício], isso vai depender de caso a caso, talvez o INSS faça uma compensação administrativa até pelo caráter alimentar da aposentadoria", avalia Adriane.

Ela contestou ainda os números trazidos pelo governo sobre o impacto financeiro da desaposentação para os cofres da Previdência Social – que poderiam chegar a R\$ 181,9 bilhões nos próximos 30 anos. "Eles estimaram como se todos os segurados fossem receber pelo teto máximo, de R\$ 5.189,82, o que não é verdade. O impacto financeiro é menor que esse, fizemos um levantamento e ele deve chegar a 1,5% das contas de previdência, ou seja, quase nada. E eles fizeram o cálculo de quanto saía, mas não quanto entrou e entraria nos cofres públicos", explicou a vice-presidente do IBDP.

Para Adriane, a decisão vai desestimular que o aposentado volte a trabalhar ou gerar ainda mais informalidade no mercado de trabalho. "Além do que, o fato de ter um benefício maior estimularia o consumo, o aposentado investiria mais e isso seria um giro para a economia", disse ela.

Confederação de aposentados e pensionistas - O presidente em exercício da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Carlos Olegário, disse que as contas do sistema de Seguridade Social, onde a

Previdência está inserida, têm saldo positivo e que o déficit apresentado pelo governo leva em conta apenas a arrecadação previdenciária e não discute outras fontes de custeio da seguridade, como Cofins, PIS/Pasep, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Para Olegário, é preciso julgar se aposentados têm o direito de recalcularem seus benefícios e não se o sistema de seguridade tem condições de pagar: "Tem outras fontes que dá para manter [o sistema]", disse.

Segundo ele, a Cobap já entrou com um processo no STF questionando o déficit da Previdência apresentado pelo governo. A confederação também atua junto ao Congresso Nacional para regulamentar a questão da desaposentação.

Olegário explicou que o caso das pessoas que conseguiram o benefício do recálculo na Justiça deverão ser tratados individualmente.

Fonte: Agência Brasil

Governo e oposição divergem sobre mudanças em benefícios previdenciários

Como não haverá votações nos plenários da Câmara e do Senado na semana que vem, a Medida Provisória (MP) 739/16 perderá a validade no próximo dia 4 de novembro. Desde julho, quando foi editada, a proposta endurece as regras para a concessão de benefícios previdenciários e



estabelece a revisão de alguns deles, como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez.

Isso é importante para detectar fraudes, segundo o deputado Daniel Coelho (PSDB-PE). "O ideal é apertar o cerco para quem está recebendo o benefício indevidamente, a fim de que aquelas pessoas que trabalharam e contribuíram possam receber corretamente sua aposentadoria."

Deputados de oposição, entretanto, criticaram a proposta, com o argumento de que o governo só se preocupa em buscar irregularidades entre os mais pobres. "O Executivo audita o abono salarial, o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez, retirando direitos consagrados de muitos brasileiros, porém não faz a mesma coisa com a dívida pública, que beneficia principalmente os mais ricos", apontou o deputado Glauber Braga (Psol-RJ).

Reforma - A MP 739 também estabelece que o auxílio-doença passa a ter duração máxima de quatro meses e só é renovado se o segurado pedir. Hoje, o benefício perdura enquanto o médico perito determinar.

Outra mudança foi o aumento da carência para a pessoa que para de contribuir, ao ficar desempregada, por exemplo, e depois volta para a Previdência.

Para o líder do governo na Câmara, deputado Andre Moura (PSC-SE), a medida provisória foi o primeiro passo para mudanças mais profundas nas aposentadorias. "A MP antecipa alguns pontos fundamentais, que abrem caminhos para que a gente possa seguir uma reforma que permita que o País possa ter uma Previdência que tenha futuro – e não um sistema à beira da falência", afirmou o líder.

Já os partidos de oposição não concordam com as mudanças, nem com a forma com que elas

foram impostas. "Se querem discutir o Regime Geral da Previdência e reduzir custos, isso deve ser feito em um profundo debate com a sociedade, não subtraindo direitos daqueles que estão afastados do trabalho, em um momento de maior vulnerabilidade", sustentou a deputada Moema Gramacho (PT-BA).

Projeto de lei - A MP 739 chegou a ser discutida no Plenário da Câmara na semana passada, porém não foi votada. Como estimava arrecadar cerca de R\$ 7 bilhões com a medida, o Executivo vai mandar de novo ao Congresso Nacional o texto – agora na forma de projeto de lei – com as alterações na Previdência. Isso deve acontecer já na semana que vem, como aponta o presidente da Casa, Rodrigo Maia, que participou das negociações.

"Eu pedi para que o governo pudesse encaminhar o projeto de lei, que era a forma com mais garantia jurídica para que, na outra semana, depois do feriado, a gente possa ter a urgência e a votação dessa matéria", declarou o presidente.

MP 738 - Na quinta-feira (3), perde a validade outra medida provisória, a MP 738/16, que autoriza o repasse de mais de R\$ 1 bilhão para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas, nesse caso, o dinheiro já foi usado e não há preocupação em transformar a proposta em lei.

Vale ressaltar que quando uma medida provisória expira sem se converter em lei, o Congresso Nacional tem 2 meses para aprovar um decreto com regras sobre os efeitos que ela causou enquanto estava valendo.

Fonte: Agência Câmara

Dieese: pagamento do 13º salário traz R\$ 197 bilhões para a economia

A economia brasileira deverá receber aproximadamente R\$ 197 bilhões devido ao pagamento do décimo terceiro salário. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), isso significa a movimentação de cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O rendimento, com valor médio de R\$ 2.192, deverá ser pago a 84 milhões de trabalhadores.

Em comparação com 2015, o montante significa um crescimento de 8,2% sobre os R\$ 182 bilhões pagos no ano passado. Considerando apenas os trabalhadores formais ativos, há uma queda de 3,4% em relação ao que foi pago no último fim de ano.

Para fazer a estimativa, o Dieese utiliza os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Também são levados em consideração os dados da Pnad, feita pelo IBGE, da Previdência Social e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Dos beneficiados com o pagamento do salário extra, aproximadamente 33,6 milhões (39,9%) são aposentados ou pensionistas da Previdência Social. Essas pessoas devem receber R\$ 41,3 bilhões, o que representa 21% do valor que será pago.

Os empregados formais respondem por 58,9% dos que receberão o décimo terceiro, um total de 49,5 milhões de pessoas. Esse grupo será destinatário de 68,5% dos recursos que serão



injetados na economia pelo pagamento da remuneração de fim de ano, um total de R\$ 134,7 bilhões. Estão incluídos os empregados domésticos, que representam 2,5% dos trabalhadores e 1,1% do valor dos pagamentos.

Os aposentados pelo regime próprio da União são 1,2% dos beneficiados – 982,2 mil pessoas. Essa parcela receberá 4,2% dos recursos – R\$ 8,2 bilhões.

Fonte: Agência Brasil

Orçamento do FGTS será de R\$ 87 bilhões em 2017

Fundo destinou R\$63,5 bilhões para habitação, R\$14 bilhões para infraestrutura urbana e R\$9,5 bilhões ao saneamento básico

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) vai investir R\$87 bilhões na economia no próximo ano. O orçamento aprovado pelo Conselho Curador nesta terça-feira (25) prevê R\$63,5 bilhões ao setor de habitação popular, que



vai possibilitar a geração ou manutenção de 2,5 milhões de empregos no setor da construção civil e beneficiar mais de 556 mil famílias de baixa renda no acesso à casa própria. Em mobilidade urbana serão investidos R\$14 bilhões e R\$9,5 bilhões em saneamento básico.

Para os próximos quatro anos (2017/2020), o Fundo vai investir um total de R\$331 bilhões na economia. Além dos R\$87 para o próximo ano, foram aprovados R\$81,5 em 2018, R\$81,75 em 2019 e R\$80,75 em 2020.

Segundo o ministro Ronaldo Nogueira, que presidiu a reunião do Conselho Curador, “os investimentos do FGTS, além de propiciar moradia aos trabalhadores, principalmente os de baixa renda, vão poder gerar 2,5 milhões de empregos anualmente no mercado de trabalho formal brasileiro”.

Habitação - No setor de habitação, R\$58,5 bilhões serão destinados a moradias populares, sendo R\$48,5 bilhões ao programa Minha Casa Minha Vida. Outros R\$9 bilhões foram reservados para subsidiar a compra da casa própria por famílias de baixa renda, por meio de descontos – beneficiando cerca de 506 mil contratos habitacionais. Já o Pró-Cotista, programa com juros menores, direcionado aos detentores de conta vinculada, o valor destinado alcança R\$5 bilhões no próximo ano.

Fonte: MT

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)